

Quem são os idosos no mercado de trabalho brasileiro? Uma análise do Censo de 2010*

*Who are the elderly in the brazilian labor market?
An analysis of the 2010 Census*

*¿Quiénes son los ancianos en el mercado laboral
brasileño? Una revisión del Censo 2010*

Ingrid Gomes Dias Costa
Karla Maria Damiano Teixeira

RESUMO: Este estudo teve como objetivo descrever o perfil dos idosos inseridos no mercado de trabalho, segundo características sociodemográficas, por meio do cálculo de taxas de participação. Os resultados indicaram que a maioria dos idosos inseridos no mercado de trabalho são homens, residentes na área rural, trabalhadores de atividades agropecuárias, com alta escolaridade, com rendimento de trabalho maior do que cinco salários mínimos, que são chefes do domicílio e estão em união.

Palavras-chave: Idosos; Mercado de trabalho; Políticas públicas.

ABSTRACT: *This study aimed to describe the profile of the elderly in the labor market according to sociodemographic characteristics through the participation rates calculation. The results indicated that the majority of the elderly in the labor market are men, residents in rural areas, agricultural workers, with high schooling, labor income greater than 5 minimum wages, who are heads of the house and are in union.*

Keywords: *Elderly; Labor market; Public policies.*

* Projeto financiado pelo CNPq.

RESUMEN: *Este estudio tuvo como objetivo describir el perfil de los ancianos en el mercado laboral, de acuerdo con las características sociodemográficas, mediante el cálculo de las tasas de participación. Los resultados indicaron que la mayoría de las personas mayores en el mercado laboral son hombres, residentes rurales, trabajadores agrícolas, con educación superior, con ingresos laborales superiores a cinco salarios mínimos, que son jefes de hogar y están en unión.*

Palabras clave: *Ancianos; Mercado de trabajo; Políticas públicas.*

Introdução

O crescimento da população idosa é um fenômeno mundial e com ele surgem novas demandas e necessidades importantes para o atendimento dessa parcela significativa da população. Embora o processo de envelhecimento seja um fenômeno mundial, a forma e o ritmo, com que acontecem, diferem de acordo com o contexto do país analisado, com isso trazendo desafios distintos.

No Brasil, o processo de envelhecimento começou de forma rápida, em poucas décadas, levando o país a enfrentar tal desafio (Wong, & Carvalho, 2006), já que o governo e a sociedade não estavam preparados para atender às demandas específicas da população idosa: os serviços públicos são precários, há dificuldade de acesso aos serviços de saúde pública e é comum a desvalorização e o desrespeito ao idoso quando não são mais vistos como produtivos social e economicamente (Ramos, Veras, & Kalache, 1987).

Esses problemas precisam ser cada vez mais debatidos para a busca de uma melhor qualidade de vida aos idosos e, uma questão importante, é o idoso no mercado de trabalho. Isso porque muitos países vêm adotando medidas para assegurar o equilíbrio atuarial dos sistemas de previdência social agudizados pelo processo de envelhecimento. Esse fenômeno acontece porque os benefícios pagos aos idosos aposentados são gerados pelos adultos que trabalham e contribuem, permitindo ao Estado a arrecadação de recursos para pagamento de pensões e aposentadorias. Quando o processo de envelhecimento de uma população acontece muito rápido, o Estado não consegue se preparar para o fato de haverem menos adultos contribuindo e mais idosos recebendo benefícios (Dieese, 2016).

Dessa forma, entende-se que o processo de envelhecimento é uma consequência de mudança na estrutura etária de um país, processo esse causado pela queda nas taxas de fecundidade, levando a um aumento do peso relativo das pessoas acima de 60 anos de idade e diminuição de jovens (Carvalho, & Garcia, 2003; Wong, & Carvalho, 2006).

No ano 2000, havia cerca de 8,1% ou 14,2 milhões de idosos no Brasil (Alves, 2014). De acordo com os dados do Censo de 2010, eles já somavam 10,8% ou 20,6 milhões. De acordo com Alves (2014), espera-se que, em 2030, haja 18,7% ou 41,6 milhões de idosos na população brasileira.

Outra questão importante é o aumento da expectativa de vida que amplia o tempo de pagamento do benefício pelo Estado ao idoso, gerando uma sobrecarga econômica ainda maior ao sistema previdenciário.

No intuito de minimizar os efeitos do envelhecimento no sistema previdenciário, muitos países vêm incentivando ou adotando medidas para o adiamento da aposentadoria e a permanência dos idosos no mercado de trabalho (Furtado, 2005).

O estudo de Wajnman, Oliveira, AMHC., & Oliveira, EL (2004), que utilizou os dados da Pesquisa Nacional por Amostras e Domicílios (PNAD) de 2002, demonstra que, no Brasil, não se observa um decréscimo nos níveis da atividade econômica dos idosos, como ocorre em muitos outros países. Ao contrário, os dados mostram um nítido crescimento da participação de pessoas com mais de 60 anos na População Economicamente Ativa (PEA).

Em 2002, a proporção de idosos na PEA total era de 4,65%, sendo que destes, 5,9% eram homens e 3,4% mulheres. A projeção feita pelos autores mostra que, em 2022, a proporção irá subir para 8% (10% masculino e 6% feminino). Os dados do Censo de 2010 comprovam a tendência de crescimento nas proporções de idosos na PEA total indicadas por Wajnman, Oliveira, AMHC, & Oliveira, EL (2004).

A proporção de idosos total na PEA, em 2010, era de 14,2% (13,1% masculino e 15,3% feminino). Entretanto, quando se analisam as taxas de participação do idoso no mercado de trabalho, percebe-se que a masculina é maior que a feminina. A taxa de participação em 2002, indicada por Wajnman, Oliveira, AMHC, & Oliveira, EL (2004), era de 41% para os homens e 13% para as mulheres.

Para comprovar o aumento da participação dos idosos no mercado de trabalho, procedeu-se o cálculo das taxas de crescimento¹ de idosos ativos (PEA de maiores de 60 anos). Enquanto a PEA total cresceu 4,86% ao ano entre os anos de 2000 e 2010, a PEA idosa cresceu 9,76%. Esses dados demonstram que existe um crescimento acentuado de idosos inseridos no mercado de trabalho.

Segundo Queiroz e Ramalho (2009), a elevação da participação de idosos no mercado de trabalho, inclusive dos aposentados, pode ser indício da necessidade da mudança no padrão de vida, em que um complemento na renda pode gerar melhora nas condições mínimas de sobrevivência.

A renda é considerada o principal fator para a permanência do idoso no mercado de trabalho (Metz, & Schultz, 2002), devido à crescente degradação das condições de vida e à queda no padrão de vida dos idosos com a aposentadoria, além da importância da renda do idoso para o orçamento familiar. De acordo com o estudo de Saad (1999) sobre as transferências intergeracionais no âmbito familiar no Brasil, muitos filhos adultos continuam a residir com seus pais, mantendo-se dependentes financeiramente devido à situação econômica do país. E, por isso, o rendimento dos pais seria fundamental para a subsistência da família.

Mas existem também outros fatores associados a tal fenômeno como: *status*, poder, ocupação do tempo ocioso, relações com os colegas de trabalho ou, até mesmo, o prazer de possuir ocupação (França, 2009, 2012; França, 2012; Vanzella, Lima Neto, & Silva, 2010). Existe uma necessidade por parte dos idosos de se sentirem produtivos (Khoury, Ferreira, Souza, Matos, & Barbagelata-Góes, 2010), e também em se manterem integrados socialmente (Camarano, & Pasinato, 2007).

Problematiza-se, assim, que a decisão quanto a permanecer no mercado de trabalho é reflexo de uma série de fatores. Por isso, este artigo objetiva descrever o perfil dos idosos inseridos no mercado de trabalho, segundo características como: sexo, grupo etário, situação de domicílio, cor, escolaridade, posição na ocupação, tipo de atividade, região geográfica e aposentadoria, visando a identificar a possível heterogeneidade da participação dos idosos no mercado de trabalho.

¹As taxas de crescimento médio anual indicam o percentual médio de incremento em uma população em determinado período de tempo, considerando a natalidade, a mortalidade e a migração. Representa o “crescimento real ou líquido” da população que, neste estudo se refere ao período compreendido entre 2000 e 2010 (Carvalho, Sawyer, & Rodrigues, 1998).

Metodologia

Este estudo utiliza os dados coletados no questionário da amostra para pessoas do Censo Demográfico do ano de 2010 para o Brasil. As informações censitárias oferecem um panorama para todo o país, ou seja, é uma base representativa da população nacional, além de permitir desagregações. A escolha pelo Censo se baseia no fato de contar com informações referentes à escolaridade, renda, raça/cor, situação de domicílio, sexo, grupos de idade, região geográfica, tipo de atividade e condição na ocupação, além de seu caráter periódico decenal.

Neste estudo, a amostra constituiu-se de idosos (N=20.588.890), ou seja, pessoas com idade igual ou superior a 60 anos segundo a classificação do Estatuto do Idoso (2004).

Para atender ao objetivo de descrever o perfil dos idosos inseridos no mercado de trabalho foram realizadas análises descritivas e cruzamentos de variáveis, utilizando-se o programa estatístico Statistical Package for the Social Sciences (SPSS). A partir dessas informações, foram calculadas as taxas de participação no mercado de trabalho, que consiste num indicador da oferta de trabalhadores no mercado de trabalho. As taxas referem-se ao percentual de pessoas na força de trabalho, na semana de referência, em relação às pessoas em idade de trabalhar, ou seja, é a razão entre as pessoas economicamente ativas e o total de pessoas (Furtado, 2005). Os diferenciais de taxas de atividade exprimem apenas a intensidade com que cada subgrupo de idosos se dispõe a trabalhar. Isso porque o tamanho absoluto de cada grupo depende também da participação do atributo na população (Wajnman, *et al.*, 2004).

Resultados e Discussão

As mulheres eram maioria entre as pessoas maiores de 60 anos, 55,6% (N=11.438.702). Esse fenômeno de sobrevida das mulheres se denomina “feminização da velhice” (Motta, 1999). Entretanto, apesar da maior proporção de mulheres entre as pessoas idosas, suas taxas de participação no mercado de trabalho eram menores que a masculina, 17,00% e 39,61% respectivamente. Aos resultados do estudo de Furtado (2005), que usou os dados da PNAD 2003, corroboram os deste estudo, tendo sido encontradas taxas de participação maiores para homens do que para mulheres (38,67% e 16,48%, respectivamente).

Uma possível explicação se refere ao fato de que as mulheres, hoje idosas, foram socializadas para desempenhar papéis de donas de casa, mães e esposas; por isso, a maioria permaneceu em casa cuidando da família, em vez de se inserirem no mercado de trabalho (Peixoto, 2007). Logo, essas mulheres não tiveram um trabalho remunerado durante a sua vida adulta (Camarano, 2003).

Entretanto, apesar de as mulheres idosas apresentarem menores taxas de participação em relação aos homens, são elas que apresentaram maiores taxas de crescimento. Entre o ano de 2000 e 2010, houve um crescimento de 13,70% ao ano para mulheres com mais de 60 anos ativas, ou seja, superior ao dos homens (7,24%).

A análise por grupo etário mostrou diferenciais importantes (Gráfico 1). Segundo os dados, as taxas de participação são decrescentes com o aumento da idade tanto para homens quanto para mulheres, como seria esperado. Entretanto, as taxas permanecem altas até os 69 anos, principalmente para os homens. O diferencial entre as taxas, feminina e masculina, também vão diminuindo com a idade: no grupo etário de 60 a 64 anos, a taxa feminina é 31,07% menor do que a masculina; de 65 a 69, 23,38%; de 70 a 74, 17,61%; e, mais de 75 anos, 10,59%.

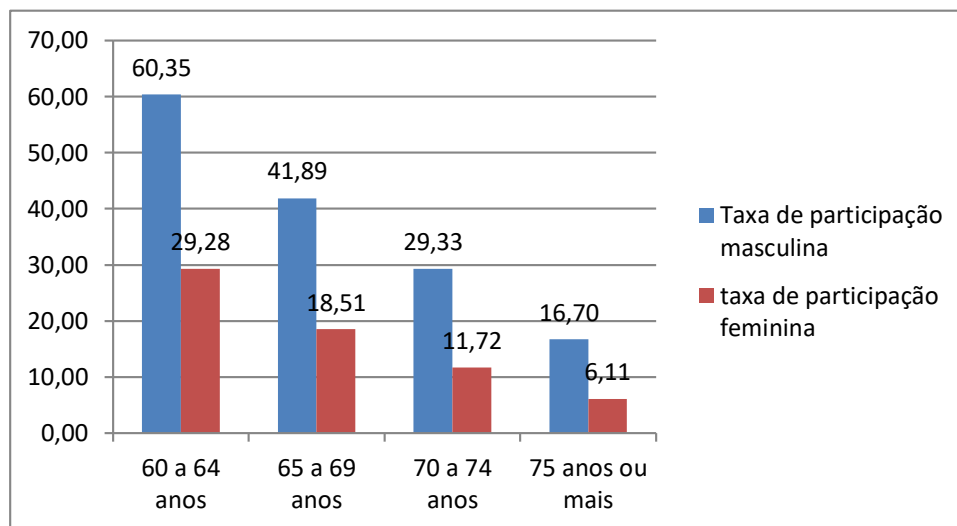
O estudo de Pérez, Wajman e Oliveira (2006), que utilizou dados da pesquisa Saúde, Bem-estar e Envelhecimento (SABE, 2000), também encontrou, em seus resultados, taxas de participação decrescentes com o aumento de idade de homens e mulheres. Os achados da pesquisa também indicaram taxas mais elevadas até os 69 anos para ambos os sexos.

Apesar de as taxas de participação serem decrescentes com o aumento da idade, as taxas de crescimento totais para sexos são crescentes, indicando um aumento real no número de idosos no mercado de trabalho.

As mulheres apresentaram maior crescimento: no grupo etário de 60 a 64 anos, a taxa de crescimento foi de 11,92%; de 65 a 69, 13,09% e, mais de 70 anos, 16,09%.

Já os homens mostraram menores taxas, sendo 6,48% no grupo etário de 60 a 64 anos; 6,51% de 65 a 69 anos; e 8,74% para maiores de 70 anos.

Gráfico 1 – Taxas de participação de homens e mulheres idosos por grupo etário



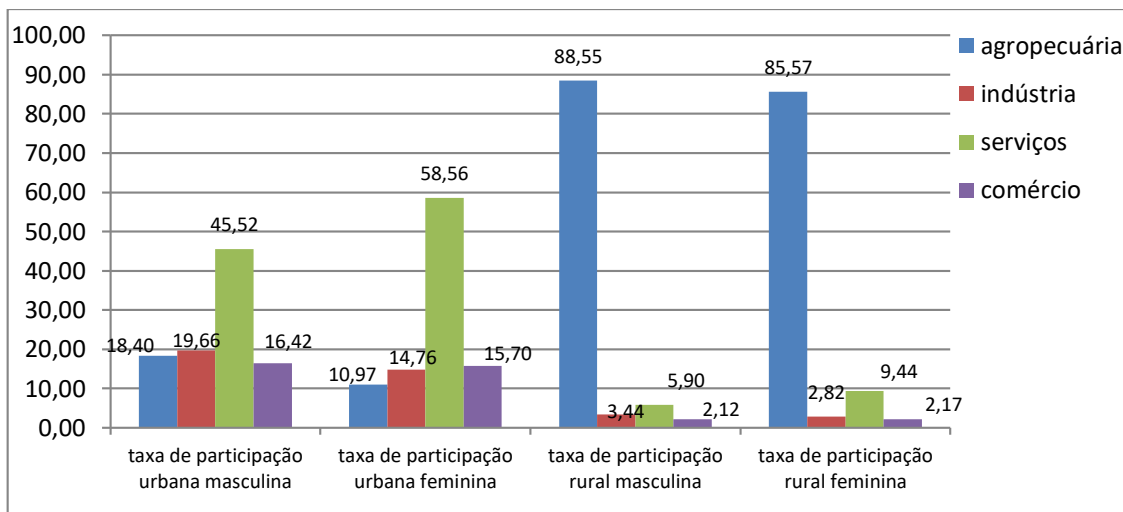
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo de 2010

A análise por situação de domicílio mostrou que a taxa de participação para a área rural foi maior (37,10%) que a urbana (25,15%). Dessa forma, apesar de a maioria da população idosa estar na área urbana (84,1%), as maiores taxas de participação pertenciam aos trabalhadores rurais, revelando uma maior compatibilidade do emprego rural nas atividades agropecuárias com o trabalho dos idosos. É também o setor rural que apresentou maior taxa de crescimento (9,76%) em relação ao urbano (8,78%).

O estudo de Furtado (2005) também identificou maiores taxas de participação rural em relação à urbana (58,4% e 25,9% respectivamente). As taxas de participação rural foram superiores às urbanas tanto para homens quanto para mulheres, sendo a taxa masculina mais alta que a feminina (72,2% e 44,2%, respectivamente).

A estrutura ocupacional dos idosos se mostrou distinta entre os setores de domicílio urbano e rural. Na área rural (Gráfico 2), a atividade agropecuária era a mais praticada, como esperado. Para os idosos do meio urbano, foi notório o predomínio das atividades no setor serviços. Esse fato pode ser explicado por ser o setor terciário ou de serviços responsável por empregar mais de dois terços da população ocupada do país (IBGE, 2017).

Gráfico 2 – Taxas de participação dos idosos por tipo de atividade, sexo e situação de domicílio



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do censo de 2010.

Apesar do aumento da participação feminina no mercado de trabalho, no Brasil, as mulheres continuam enfrentando dificuldade para se inserir no mercado de trabalho em condições semelhantes às dos homens. Além das diferenças salariais, as taxas de desemprego feminina são superiores às dos homens e existem diferenciais nas atividades ocupacionais, concentrando as mulheres nas atividades de pior qualidade, principalmente no setor de serviços, como serviços domésticos e também nos ramos de alojamento e alimentação; educação, saúde e serviços sociais e, outros serviços pessoais coletivos, sociais. Essa distribuição ocupacional nas atividades confirma a ideia de divisão sexual do trabalho. Portanto, nessas atividades as mulheres replicariam suas atividades cotidianas como “cuidadoras”, reproduzindo o universo doméstico da mulher no mundo do trabalho (Wajzman, 2007).

A análise por cor mostrou taxas de participação no mercado de trabalho para brancos (40,02% para homens e 16,74% para mulheres) e negros (39,02% para homens e 17,21% para mulheres) muito similares para ambos os sexos, indicando que a cor parece influenciar pouco a participação dos idosos. Apesar de não haverem diferenças significantes entre as taxas de participação por cor, a distribuição percentual entre as pessoas idosas por cor revela maior proporção de brancos (54,9% para homens e 58% para mulheres).

Com relação à análise de escolaridade (Tabela 1), as maiores taxas de participação foram para os idosos com maior escolaridade (superior completo), independentemente da situação de domicílio e sexo.

As menores taxas foram para os idosos de menor escolaridade, revelando um perfil de maior participação dos mais escolarizados. Já o estudo de Pérez, Wajnman e Oliveira (2006) mostra que os idosos mais escolarizados apresentam as maiores taxas de atividade para homens e mulheres, com destaque para as mulheres com mais de 12 anos de estudo. De acordo com Guedes (2010), as mulheres mais escolarizadas (superior completo) apresentam as maiores e mais constantes (ao longo do ciclo produtivo de vida) taxas de participação laboral. No entanto, é neste grupo mais escolarizado que se observam maiores e mais constantes desigualdades salariais por sexo.

Tabela 1 - Taxas de participação no mercado de trabalho de homens e mulheres com 60 anos e mais por escolaridade e situação de domicílio

Escolaridade	Homens residentes na área urbana (%)	Homens residentes na área rural (%)	Mulheres residentes na área urbana (%)	Mulheres residentes na área rural (%)
Sem instrução e ensino fundamental incompleto	32,30	48,09	12,34	23,04
Ensino fundamental completo e médio incompleto	40,33	56,06	18,87	32,42
Ensino médio completo e superior incompleto	42,89	54,07	21,69	31,79
Superior completo	54,03	57,39	31,76	36,70

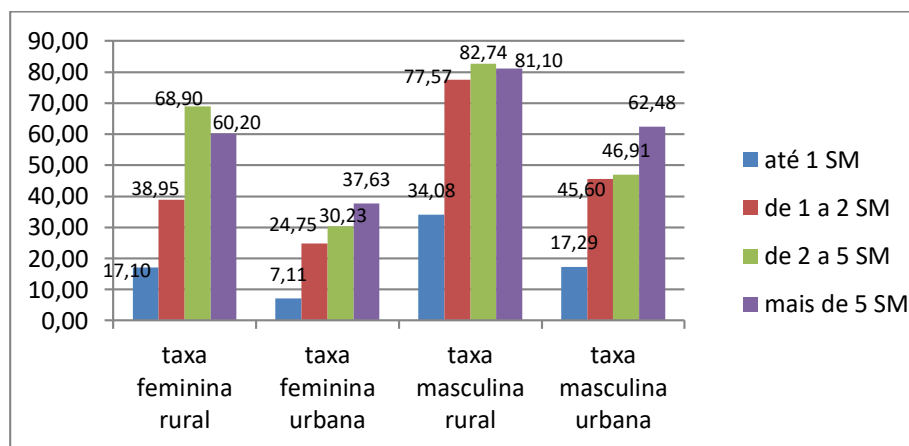
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do censo de 2010

De acordo com Wajnman, Oliveira, AMHC, & Oliveira, EL (2004), à medida que envelhecem, são os trabalhadores mais qualificados aqueles mais prováveis de manter seus espaços no mercado de trabalho, uma vez que a qualificação compensa a perda da capacidade laborativa associada ao envelhecimento.

De acordo com Vanzella, Lima Neto e Silva (2010), nas últimas décadas o mercado de trabalho vem demandando mão de obra qualificada para atender às necessidades da chamada “Era da informação”, e esse desenvolvimento tecnológico pode contribuir para a permanência dos idosos no mercado de trabalho. Sendo assim, o conhecimento e a competência adquiridos com a idade e balizados pela escolaridade, fazem com que os idosos mais escolarizados tenham mais oportunidades de permanecerem no mercado de trabalho.

Os dados do gráfico 3 acima revelaram que as maiores taxas de participação foram para os idosos residentes no meio rural, sendo que os homens possuem maiores taxas para todos os níveis de renda, indicando maior participação destes no mercado de trabalho e também maior rendimento que as mulheres. A análise dos dados de mulheres mostrou que, apesar destas apresentarem maior taxa para os maiores rendimentos, também são as que possuíam maiores taxas para ganho de até um salário mínimo. Os resultados para dados masculinos também indicaram maiores taxas de rendimentos para os trabalhadores rurais. Entretanto, também foram estes os que apresentam maior participação de trabalhadores com ganho de até um salário.

Gráfico 3 – Taxas de participação de homens e mulheres idosos por renda e situação de domicílio



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo de 2010

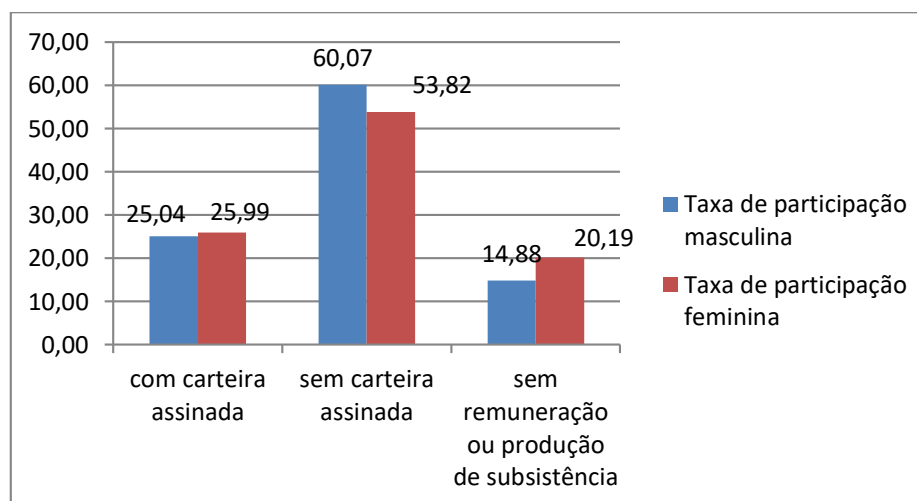
Tal resultado indica que a discriminação salarial por gênero permanece para a população idosa. De acordo com Agostinho e Máximo (2006), as mulheres idosas possuem maior vulnerabilidade social. Isso porque possuem menores rendimentos do trabalho e de aposentadoria ou pensão.

De acordo com Wajnman (2007), os menores rendimentos do trabalho para as mulheres podem ser explicados por discriminação pura e simples. Isso porque os menores rendimentos femininos não decorrem do fato de as mulheres possuírem menores credenciais produtivas do que os homens. Ao contrário, se usamos a escolaridade formal como variável indicadora da qualificação, as mulheres devem ser consideradas mais produtivas, porque, nos últimos anos, a escolaridade média feminina tem sido sistematicamente superior à masculina. Entretanto, o salário da mulher ao longo do ciclo de vida laboral, e a forma de inserção no mercado de trabalho, são extremamente

desfavoráveis a elas, sendo que os diferenciais por gênero se tornam ainda mais marcantes na velhice (Wajnman, 2007).

Em relação à posição na ocupação (Gráfico 4), os dados mostraram que os idosos que trabalhavam sem carteira assinada ou por conta própria sobressaíam aos demais. O estudo de Furtado (2005) corrobora os achados deste estudo. Segundo o autor, as estratégias de inserção ou permanência da maioria dos idosos no mercado de trabalho não parecem priorizar a busca por um emprego formal, mas, sim, o trabalho por conta própria.

Gráfico 4 – Taxas de participação de homens e mulheres idosos por posição na ocupação



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo de 2010

De acordo com Fernandes, Saraiva, Oliveira, Pereira e Viana (2015), o trabalho informal é uma alternativa muito demandada pela pessoa idosa, que, na maioria das vezes, encontra-se aposentada e precisa sentir-se inserido nas atividades econômicas e sociais. Os motivos para a demanda do trabalho por conta própria variam desde a flexibilidade de horário de trabalho (Cintra, Ribeiro, & Andrade, 2010); ausência de uma fiscalização por parte do empregador gerando certa independência no trabalho, progresso nos rendimentos (Guimarães, 2012) e facilidade de inserção no setor, visto que o setor formal tem efetuado práticas de substituições de funcionários mais velhos por funcionários jovens, visando a uma maior produtividade para a organização (Cintra, Ribeiro, & Andrade, 2010). Além disso, pode-se citar a dificuldade que as pessoas com mais idade teriam em aprender e manusear as novas tecnologias, levando-as a priorizar trabalho informal e autônomo em detrimento ao formal (Guimarães, 2012).

Dessa forma, a decisão sobre permanecer ou não ocupado após o início da aposentadoria é exclusivamente pessoal, e o rendimento do trabalho passa a ser uma complementação da aposentadoria ou da pensão.

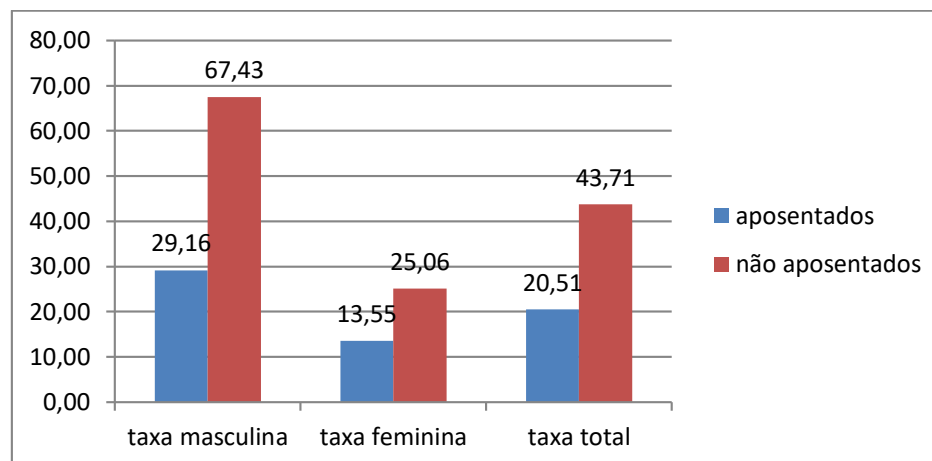
Apesar de a distribuição percentual das pessoas com mais de 60 anos indicar que 74,9% delas estão cobertas pela previdência social, as taxas de participação foram maiores para os não aposentados (Gráfico 5), indicando que a aposentadoria é um determinante importante para a retirada dos idosos da atividade econômica, principalmente para os homens. Uma explicação para esse resultado pode ser o fato de que a falta de renda garantida por meio da aposentadoria levaria o idoso a se inserir no mercado de trabalho para garantir seu sustento e de sua família.

Para Moreira (2000), a permanência do idoso no trabalho pode ser prejudicial quando a única motivação é a necessidade de renda, podendo ser um agravante da qualidade de vida. Por isso, esse dado revela uma situação preocupante e que necessita de maior investigação.

A posição no domicílio (chefe/cônjuge/outras) foi uma variável importante na participação dos homens idosos no mercado de trabalho quando comparados às mulheres. Os homens chefes e cônjuges possuíam taxas mais elevadas (40,50% dos homens eram chefes; 39,78% eram cônjuges e 24,17% estavam em outras posições). No que se refere às mulheres (16,77% eram chefes; 19,10% eram cônjuges e 11,46% estavam em outras posições), ser chefe teve menos significado como determinante da participação no mercado de trabalho, o que pode indicar que provavelmente estas contam com os rendimentos de pensão.

A análise por situação conjugal, neste estudo, revelou maiores taxas de participação no mercado de trabalho para homens casados ou em união estável (41,60% contra 34,42% não unidos) Apenas 19,41% das mulheres casadas ou em união estável e 14,80% não unidas estavam no mercado de trabalho. O estudo de Pérez, Wajzman e Oliveira (2006) encontrou resultados semelhantes.

Gráfico 5 – Taxas de participação por sexo e situação de aposentadoria



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do censo de 2010

Os resultados para a análise por região geográfica mostraram diferenciais importantes. As maiores taxas de participação, como evidenciado anteriormente, pertenciam aos homens para todas as regiões². As taxas masculinas indicaram que as regiões Centro-Oeste e Norte possuíam maior participação dos idosos no mercado de trabalho, enquanto para as mulheres as maiores taxas pertenciam às regiões Sul, Norte e Centro-Oeste.

De acordo com Pérez, Wajnman e Oliveira (2006), o acesso quase universal à aposentadoria, a inexistência de impedimentos legais à permanência do aposentado no mercado de trabalho e a ampla participação dos idosos na economia informal explicam as elevadas taxas de participação no mercado de trabalho para os idosos no Brasil. Segundo Gomes e Pamplona (2015), a taxa de participação média de idosos no mercado de trabalho em 2012 para países desenvolvidos era 26% para homens e 15% para mulheres, ou seja, inferiores aquelas encontradas neste estudo para o ano de 2010, 39,61% e 17,00% respectivamente.

Conclusões

O rápido envelhecimento populacional demanda adequações nas políticas públicas, principalmente aquelas destinadas a serviços de saúde e seguridade social. Isso porque o envelhecimento é vivenciado de formas diferentes pelos indivíduos.

² As taxas de participação para homens por região geográfica foram: Norte - 42,59%, Nordeste - 37,81%, Sudeste - 37,25%, Sul - 40,72% e Centro-oeste - 43,55%. Para as mulheres foram: Norte - 18,79%, Nordeste - 14,88%, Sudeste - 15,99%, Sul - 19,16% e Centro-oeste - 18,38%.

Algumas pessoas envelhecem mais rapidamente do que outras, e nem todas vivenciam esse processo da mesma maneira, uma vez que o envelhecimento está relacionado às formas materiais e simbólicas que identificam socialmente cada indivíduo (Peixoto, 2007). Esta diversidade deve ser considerada na criação e adequação de políticas para este segmento da população. As conquistas do aumento na expectativa de vida trazem uma demanda sobre o papel dos idosos na sociedade e a vontade ou necessidade, por parte de muitos, de continuarem ativos.

Apesar da crescente participação do idoso no mercado de trabalho, esse fenômeno possui duas facetas. De um lado, um grupo de indivíduos com boas condições de saúde que vê no trabalho um meio de inserção social ou um mecanismo para se manterem ativos e capazes. Seria um componente importante na qualidade de vida ao propiciar autoestima, satisfação, sensação de produtividade, além da remuneração. De outro lado, uma parte dos idosos cuja manutenção no mercado de trabalho não é uma escolha, mas, sim, necessidade, seja por causas das despesas que aumentam com a idade (particularmente as relacionadas com a saúde) ou pela importância de sua renda no orçamento familiar. Este último aspecto pode comprometer a qualidade de vida do idoso, caso a única razão para se manter trabalhando seja a necessidade financeira.

Neste estudo, verificou-se que os idosos mais disponíveis para o trabalho (o que se reflete nas maiores taxas de atividade) são homens, residentes na área rural, em atividades agropecuárias, com alta escolaridade, com rendimento de trabalho maior do que 5 salários mínimos, inseridos em atividades informais (sem carteira assinada), que não estão aposentados e não recebem pensão, além de serem chefes do domicílio e estarem em união estável ou casados.

As evidências desse estudo sugerem que as mulheres idosas estão em maior vulnerabilidade social quando comparadas aos homens. Isso porque são elas que possuem as menores taxas de participação no mercado de trabalho, menores rendimentos, maior proporção de atividades sem remuneração ou produção de subsistência, evidenciando um viés de gênero. As mulheres estão mais engajadas em atividades de serviços, que são geralmente mais mal-remuneradas e menos protegidas pela legislação trabalhista. Além de estarem em ocupações mais desvalorizadas e receberem menores salários, ainda acumulam responsabilidades domésticas decorrentes do casamento e da maternidade, o que traz dificuldades para que elas se mantenham economicamente ativas (Wajzman, 2007).

A identificação do perfil dos idosos inseridos no mercado de trabalho e seus determinantes são fundamentais para se entender o contexto de aumento da participação relativa destes trabalhadores no total da população. Isso porque apesar da importância da participação do idoso no mercado de trabalho brasileiro, o país ainda não possui política pública de emprego, específica para o público idoso. Dessa forma, estudos como este que busquem analisar o perfil do idoso e sua inserção no mercado de trabalho são contribuições importantes para a proposição de políticas públicas para este público que vem crescendo notoriamente.

Por isso, as políticas voltadas para este público devem buscar combater a discriminação de idade e gênero, no intuito de incentivar a reinserção ou permanência do idoso no mercado de trabalho. Políticas de restrição à aposentadoria compulsória também são essenciais, bem como outras medidas como trabalho em tempo parcial, ocupações e locais de trabalho, que considerem a atividade laborativa dos idosos, cursos de treinamento, incentivos para empreendedores idosos, incentivos fiscais para as empresas que empregam idosos, são mais algumas sugestões que podem ser indicadas.

Referências

- Agostinho, C. S., & Máximo, G. da C. (2006). Idosos num Brasil que envelhece: uma análise multidimensional da pobreza. *In: XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2006. Anais Caxambu, MG: ABEP, 2006, 01-19.* Recuperado em 01 dezembro, 2017, de: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/viewFile/1639/1602>.
- Alves, J. E. D. (2014). Transição demográfica, transição da estrutura etária e envelhecimento. *Revista Portal de Divulgação, 4(40), 8-15.* Recuperado em 01 dezembro, 2017, de: http://anakarkow.pbworks.com/w/file/attach/98620316/2014_Alves_Transicao%20demografica%20transicao%20da.pdf.
- Brasil. (2013). *Estatuto do Idoso..* Brasília, DF: Ministério da Saúde.
- Camarano, A. A., & Pasinato, M. T. (2007). *Envelhecimento, pobreza e proteção social na América Latina.* Rio de Janeiro, RJ: IPEA. (34 p.). (Texto para Discussão, n.º 1.292). Recuperado em 01 dezembro, 2017, de: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=4851.
- Carvalho, J. A. M., & Garcia, R. A. (2003). O envelhecimento da população brasileira: um enfoque demográfico. Rio de Janeiro, RJ: *Cadernos de Saúde Pública, 19(3), 725-733.* Recuperado em 01 dezembro, 2017, de: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v19n3/15876.pdf>.
- Carvalho, J. A. M., Sawyer, D. O., & Rodrigues, R. do N. (1998). *Introdução a alguns conceitos básicos e medidas em demografia.* (2ª ed.). São Paulo, SP: ABEP. (64 p.).

Cintra, T. S., Ribeiro, D. de F., & Andrade, A. dos S. (2010). O cotidiano de aposentados que continuam trabalhando de maneira informal na indústria calçadista: percepções sobre a aposentadoria e o trabalho atual. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 13(2), 277-287. Recuperado em 01 dezembro, 2017, de: <http://www.revistas.usp.br/cpst/article/view/25730/27463>.

DIEESE. (2016). *Os impactos das mudanças demográficas na seguridade social e o ajuste fiscal*. São Paulo, SP: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Nota Técnica, n.º 160. (15 p.). Recuperado em 01 setembro, 2018, de: <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2016/notaTec160demografia/index.html?page=1>.

Fernandes, I. A., Saraiva, R. S. P., Oliveira, T. H. A., Pereira, D. R., & Viana, D. N. de M. (2015). Idosos no contexto laboral informal: uma revisão sistemática. In: Congresso Internacional de Envelhecimento Humano, 2(1). (12 p.). Campina Grande: *Anais CIEH*, 2015. Recuperado em 01 dezembro, 2017, de: https://editorarealize.com.br/revistas/cieh/trabalhos/trabalho_EV040_MD2_SA14_ID3280_27082015233522.pdf.

França, L. H. de F. P. (2009). O desafio da aposentadoria: o exemplo dos executivos do Brasil e da Nova Zelândia. Rio de Janeiro RJ: Rocco. *Revista de Administração Contemporânea*, 13(2). Recuperado em 01 dezembro, 2017, de: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-65552009000200013.

França, L. H. de F. P. (2012). Envelhecimento dos trabalhadores nas organizações: estamos preparados? In: França, L. H. de F. P., & Stepansky, D. (Orgs.). *Propostas multidisciplinares para o bem-estar na aposentadoria*, 25-52. Rio de Janeiro, RJ: Quartet.

Furtado, A. (2005). *A participação do Idoso no Mercado de Trabalho Brasileiro*. Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados. Recuperado em 20 janeiro, 2018, de: http://www2.camara.gov.br/publicacoes/estnottec/tema8/2004_13576.pdf.

Gomes, P. S., & Pamplona, J. B. (2015). Envelhecimento populacional, mercado de trabalho e política pública de emprego no Brasil. Belo Horizonte, MG: *Revista Economia e Gestão*, 15(41), 206-230. Recuperado em 01 dezembro, 2017, de: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/9231>.

Guedes, M. de C. (2010). A inserção dos trabalhadores mais escolarizados no mercado de trabalho brasileiro: uma análise de gênero. *Revista Trabalho, Educação e Saúde*, 8(1), 55-75. Recuperado em 01 dezembro, 2017, de: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S19817462010000100004&script=sci_abstract&tlng=es.

Guimarães, I. B. (2012). Os idosos em um contexto de trabalho e de disposições renovadas. Mediações. *Revista de Ciências Sociais*, 17(2). Recuperado em 01 dezembro, 2017, de: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/viewFile/14024/11835>.

Khoury, H. T. T., Ferreira, A. de J. C., Souza, R. A. de, Matos, A. P. de, & Barbagelata-Góes, S. (2010). Por que aposentados retornam ao trabalho? O papel dos fatores psicossociais. *Revista Kairós-Gerontologia*, 13(1), 147-165. Recuperado em 01 dezembro, 2017, de: <https://revistas.pucsp.br/index.php/kairos/article/view/4867>.

Mete, C., & Schultz, T. P. (2002). *Economic Growth Center*. Health and labor force participation of the elderly in Taiwan. Yale. (Discussion paper, 846). (48 p.). Recuperado em 01 dezembro, 2017, de: http://www.econ.yale.edu/growth_pdf/cdp846.pdf.

Motta, A. B. (1999). Mulheres de Mais Idade. In: Álvares, M. L. M., & Santos, E. F. (Orgs.). *Olhares e Diversidades: os estudos de gênero no Norte e Nordeste*. Belém, PA: Gráfica Sagrada Família. (v. 1000, 347 p.).

Moreira, M. M. da S. (2000). *Trabalho, qualidade de vida e envelhecimento*. Dissertação de mestrado em Saúde Pública. Rio de Janeiro, RJ: Fundação Oswaldo Cruz- Escola Nacional de Saúde Pública.

Peixoto, C. E. (2007). Solidariedade familiar intergeracional. In: Araújo, C., & Scalon, C. *Gênero, família e trabalho no Brasil*, 225-240. (1ª ed.). Rio de Janeiro, RJ: FGV.

Pérez, E. R., Wajman, S., & Oliveira, A. M. H. C. (2006). Análise dos determinantes da participação no mercado de trabalho dos idosos em São Paulo. São Paulo, SP: *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, 23(2), 269-286. Recuperado em 01 dezembro, 2017, de: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-30982006000200005&script=sci_abstract&tlng=pt.

Queiroz, V. dos S., & Ramalho, H. M. de B. (2009). A escolha ocupacional dos idosos no mercado de trabalho: Evidências para o Brasil. Brasília, DF: *Revista Economia, Selecta* 10(4), 817-848. Recuperado em 01 dezembro, 2017, de: http://www.anpec.org.br/revista/vol10/vol10n4p817_848.pdf.

Ramos, L. R., Veras, R. P., & Kalache, A. (1987). Envelhecimento populacional: uma realidade brasileira. *Revista Saúde Pública*, 21(3), 211-224. Recuperado em 01 dezembro, 2017, de: <http://www.scielo.br/pdf/rsp/v21n3/06>.

Vanzella, E., Lima Neto, E. de A., & Silva, C. C. (2011). A terceira idade e o mercado de trabalho. *Revista Brasileira de Ciências da Saúde*, 14(4), 97-100. Recuperado em 01 dezembro, 2017, de: <https://revistas.pucsp.br/kairos/article/view/4867/3449>.

Wajman, S., Oliveira, A. M. H. C., & Oliveira, E. L. (2004). Os idosos no mercado de trabalho: tendências e consequências. In: Camarano, A. A. (Org.). *Os Novos Idosos Brasileiros: Muito Além dos 60?* Rio de Janeiro, RJ: IPEA. (604 p.). Recuperado em 01 dezembro, 2017, de: http://www.en.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/Arq_23_Cap_14.pdf.

Wajman, S. (2007). Diferenciales de ingresos por sexo, composición de las familias y desigualdad del ingreso familiar en Brasil. *Revista Notas de Población*, 84, 131-148. Santiago de Chile: Centro Latinoamericano y Caribeño de Demografía (CELADE), División de Población de la CEPAL. Recuperado em 01 dezembro, 2017, de: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/12817/np84131148_es.pdf?sequence=1&isAllowed=y.

Wong, L. L. R., & Carvalho, J. A. M. (2006). O rápido processo de envelhecimento populacional do Brasil: sérios desafios para as políticas públicas. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, 23(1), 05-26. Recuperado em 01 dezembro, 2017, de: <http://www.scielo.br/pdf/rbepop/v23n1/v23n1a02.pdf>.

Recebido em 22/07/2019

Aceito em 30/09/2019

Ingrid Gomes Dias Costa - Graduada em Economia Doméstica, Universidade Federal de Viçosa, UFV/MG. Mestre em Economia Doméstica, UFV/MG, dissertação: “A institucionalização asilar na percepção do idoso e de sua família: o estudo do Lar dos Velhinhos”. Doutora em Demografia (Face/CEDEPLAR), UFV/MG. Pós-doutora no Departamento de Economia Doméstica, Universidade Federal de Viçosa, no projeto: “Análise da violência contra o idoso no Brasil: uma contribuição para as políticas públicas”.

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0001-6163-0688>

E-mail: ingridgdias@yahoo.com.br

Karla Maria Damiano Teixeira - Graduada em Economia Doméstica, Universidade Federal de Viçosa, UFV/MG. Mestrado em Economia Familiar, UFV. PhD em Family and Child Ecology, pela Michigan State University, Estados Unidos. Professora Associada, Departamento de Economia Doméstica, Universidade Federal de Viçosa. Pesquisadora 2 do CNPq desde 2007. Líder do grupo certificado de pesquisa do CNPq "Famílias, Políticas e Gênero". Pesquisa temáticas como: violência doméstica e intrafamiliar, mulher e trabalho doméstico e remunerado, administração de recursos na família, responsabilidade social corporativa, inclusão social, geração de trabalho e renda, mercado de trabalho e envelhecimento

ORCID Id: <https://orcid.org/0000-0001-8078-9766>

URL: <http://lattes.cnpq.br/2089873314029446>

E-mail: kdamiano@ufv.br